

# Leitura e literatura, literatura e Estado\*<sup>1</sup>

*Read and literature, literature and State*

**Ronis Faria de Souza\*\*<sup>1</sup>**

**Palavras-chave**

Leitura;  
Literatura;  
Estado.

**Resumo:** Este artigo, a partir de uma revisão bibliográfica, faz uma exposição de questões que envolvem leitura e literatura, literatura e Estado. Traz à tona questões importantes da relação da leitura literária contemporânea com os desafios e obstáculos à sua prática. Além disso, revisa e atualiza, de modo pontual, a forma como se elaborou e se dá a relação da literatura com o Estado. Especialmente, demonstra o seu comportamento dinâmico, ora comportando-se como se fosse de Estado e ora como se fosse contra o Estado. Por fim, chega à compreensão de que leitura, literatura e Estado são instituições imbricadas e agem em cenários de intersecção. O desenvolvimento de cada uma delas depende da qualidade de articulação que estão tendo umas em relação às outras.

**Keywords:**

Reading;  
Literature;  
State.

**Abstract:** *Built on bibliographic review, this article exposes issues concerning reading and literature, literature and State. It brings to light important points of the relation between contemporary literature reading and the challenges and obstacles to its practice. Moreover, it briefly reviews and updates the conception and praxis of the literature-State relationship. In special, it demonstrates its dynamic behavior, at times behaving as State-official, at others as counter-State. At last, it is understood that reading, literature and State are imbricate institutions which act in intersection scenarios. The development of each one of them depends on the quality of the articulation they have with each other.*

---

\*<sup>1</sup> Recebido em 28/01/2016. Aceito para publicação em 20/03/2016.

\*\*<sup>1</sup> Técnico em Assunto Educacional – Instituto Federal do Espírito Santo. Mestre em Letras – Universidade Federal do Espírito Santo – UFES. Doutorando em Letras – Universidade Federal do Espírito Santo – UFES. E-mail: ronis@ifes.edu.br.

## Introdução

A leitura do texto literário não é um ato casual. O indivíduo, ao se lançar nessa atividade, precisa contar com um conjunto mínimo de conhecimentos sistematizados que lhe dariam um *passaporte* para o ingresso num mundo que ainda pertence a poucos. Para Silva (2013, p. 29) “a leitura não se configura como um processo passivo. Especificamente, a leitura literária supõe um trabalho e uma participação criadora do sujeito-leitor.” A paixão pela leitura, a descoberta dos voos ousados, arriscados e fortemente marcados pela adrenalina que ela pode proporcionar são fruto de um *habitus* específico. Seduzir-se por *Se um viajante numa noite de inverno* e *Ensaio sobre a cegueira*, respectivamente de Ítalo Calvino e José Saramago, pode não tornar um ser humano melhor, mas talvez se deva perguntar como os impeditivos para que haja mais leitores de um e de outro são construídos e por quê. Há algo *a priori* que impeça um ser humano de ter livros enriquecendo sua imaginação e sua vida?

Alguns não contestariam a força pujante da literatura, que é capaz de mexer com os lugares mais recônditos da alma humana, provocando o que Kafka descreve a um amigo, em carta de 1904, como a característica fundamental de um texto literário:

No fim das contas, penso que devemos ler somente livros que nos mordam e piquem. Se o livro que estamos lendo não nos sacode e acorda como um golpe no crânio, por que nos darmos ao trabalho de lê-lo? Para que nos faça feliz, como diz você? Meu Deus, seríamos felizes da mesma forma se não tivéssemos livros. Livros que nos façam felizes, em caso de necessidade, poderíamos escrevê-los nós mesmos. Precisamos é de livros que nos atinjam como o pior dos infortúnios, como a morte de alguém que amamos mais do que a nós mesmos, que nos façam sentir como se tivéssemos sido banidos para a floresta, longe de qualquer presença humana, como um suicídio. Um livro tem de ser um machado para o mar gelado de dentro de nós. É nisso que acredito (KAFKA *apud* MANGUEL, 2005, p. 113).

A leitura de gêneros literários, entretanto, não chega a crescer simetricamente ao processo de alfabetização, pois o desenvolvimento do hábito de leitura literária não é garantido apenas com o acesso à leitura e nem se trata apenas de ter ou não livros à disposição. Para um contingente expressivo de pessoas no século XXI, a leitura literária mantém-se como uma atividade excêntrica, que não tem lugar na rotina. No caso brasileiro recente, pode ser útil apontar e discutir alguns indicadores de leitura revelados pela pesquisa “Retratos da Leitura no Brasil”, conforme a Tabela 11.

**Tabela 1** - Indicadores de leitura da pesquisa Retratos da Leitura no Brasil

Itens e diagnóstico	
1	Para 64% dos brasileiros, leitura significa conhecimento e para 18% prazer.
2	A leitura aparece como a 7ª opção de atividade para o tempo livre do brasileiro, enquanto a TV é a 1ª.
3	Revistas (53%) estão em 1º lugar na preferência dos leitores, sendo seguidas de perto pelos livros (47%) e jornais (48%).
4	Entre gêneros literários e textuais, a Bíblia aparece em 1º lugar na preferência dos leitores, enquanto o romance figura em 15º e a poesia em 17º.
5	Na admiração dos brasileiros, Monteiro Lobato aparece em 1º lugar, Machado de Assis em 2º, Zibia Gasparetto em 9º e Mário de Andrade em 22º.
6	Para os brasileiros, o livro mais importante é a <i>Bíblia</i> . <i>Ágape</i> aparece em 3º na indicação, enquanto <i>Vidas Secas</i> amarga o 22º lugar.
7	A infância e a adolescência são lembradas como o período em que as pessoas mais liam.
8	65% dos leitores escolhem os livros pelo tema.
9	Os professores (45%) e as mães (43%) são as mais fortes influências para a leitura.
10	63% das pessoas consideradas não-leitores nunca ou quase nunca viam as mães lendo em casa.
11	87% das pessoas consideradas não-leitores nunca ganharam livros na infância.
12	71% indicam a biblioteca como um lugar para estudar.
13	Entre os brasileiros que compram livros, o prazer ou gosto pela leitura é o principal motivo.
14	4,0 livros é a média anual de leitura por habitante.
15	Apenas 7% dos entrevistados usam a internet para baixar e ler livros e 54% não acessam a internet.

**Fonte:** Retratos da leitura no Brasil/Instituto Pró-Livro, 2011.

Em artigo publicado para a edição de 2007 dessa pesquisa, Jéferson Assunção, coordenador-geral de Livro e Leitura do Ministério da Cultura, chega à conclusão de que o leitor brasileiro é *clericalizado, infantilizado, escolarizado* e ignora publicações estrangeiras. A *Bíblia* é disparadamente o livro mais lido no Brasil, é uma espécie de *best-seller* envolto numa atmosfera de respeito e devoção. Não é sem bons motivos que recebe entre os religiosos o epíteto de “livro da vida”. Além disso, de uma lista de 30 livros indicados pelos brasileiros, 13 são obras infantis. E quanto à escolarização, das obras literárias presentes na lista, todas estão nos programas escolares. Por fim, quando o assunto é literatura estrangeira, as indicações mostram o leitor brasileiro conhecendo apenas *best-sellers* e livros-eventos. Essas conclusões, embora pessimistas em determinado grau, vão ao encontro do que pensava o ministro Fernando Haddad<sup>2</sup> acerca de um dos desafios do MEC, a saber, tornar a leitura literária um patrimônio de todos os brasileiros. Para o ministro, “Há muitos desafios: a formação de professores deve promover o gosto e o hábito pela leitura literária,

<sup>2</sup> Fernando Haddad foi ministro da educação entre julho de 2005 e janeiro de 2012, nos governos Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff.

de tal maneira que todos os nossos professores sejam leitores habituais (HADDAD, apud MARQUES, 2010, p. 28)”.

A relação entre literatura e Estado também está dentre os fatores que interferem na leitura de textos literários numa população. O Estado, com sua vocação de formador e planejador, tem a escola como um de seus organismos, cabendo a ela a definição de políticas e programas de ensino. Por sua vez, diz-se da escola que ela tem como responsabilidade propiciar aos cidadãos/alunos o contato com a literatura e a expressão dela. Nesse âmbito, cabem questionamentos: por que o Estado apresenta a literatura e como o faz? Há clareza na política educacional do desiderato do ex-ministro Haddad, que a leitura literária possa ser um patrimônio de todos os brasileiros?

É fato que a literatura poderá ser *de Estado* ou *contra o Estado*. No entanto, essa relação envolve um grau muito elevado de dinamismo no curso da evolução, com muitas possibilidades de mudança no que tange à compleição do Estado e à compleição da literatura. Ser ou não ser de Estado não é um fato definitivo, mas transitório. Quando o motivo que torna a literatura contra o Estado passa ou cessa, muda também o *status* da relação, que poderá mudar novamente a qualquer momento. Na obra *Que é literatura?* (2004), Sartre, ao fazer uma retrospectiva do papel do escritor e das relações com seu público até o século XIX, diz que é preciso ao se posicionar quanto ao dinamismo da relação do escritor com o Estado:

O triunfo político da burguesia, que os escritores haviam clamado com fervor, transtorna fundamentalmente a sua condição e questiona a própria essência da literatura, parece que fizeram todos esses esforços só para preparar com mais segurança a sua própria perda. Ao identificar a causa das belas-letas com a da democracia política, sem dúvida nenhuma ajudaram a burguesia a tomar o poder, mas ao mesmo tempo se expunham, em caso de vitória, a ver desaparecer o objeto das suas reivindicações, isto é, o tema perpétuo e quase único dos seus escritos. *Em suma, a harmonia miraculosa que unia as exigências próprias da literatura àquela burguesia oprimida se rompeu a partir do momento em que umas e outras foram atendidas.* Enquanto milhões de homens se enfureciam por não poderem expressar os seus sentimentos, era belo exigir o direito de escrever livremente e de examinar tudo; mas a partir do momento em que a liberdade de pensamento, a liberdade de religião e a igualdade de direitos políticos são conquistadas, a defesa da literatura se torna um jogo puramente formal, que já não agrada a mais a ninguém; é preciso encontrar outra coisa (SARTRE, 2004, p. 86, destaque nosso).

O quadro brasileiro apontado pela pesquisa mencionada acima revela que a literatura tem sido de Estado na medida em que precisa contar com sua subvenção para continuar acontecendo de forma relevante e interferir no cenário da leitura. Em resumo, a literatura é de Estado quando conta com sua subvenção econômica para se desenvolver e quando escritores e governantes se alinham quanto à defesa e difusão de uma ideologia. Sartre (2004), porém, no excerto acima, aponta para a possibilidade de a essência da literatura ser colocada em questionamento quando seus motivos estão identificados com causas pontuais.

Desse modo, leitura, literatura e Estado coexistem num cenário de intersecção em que as perspectivas individuais, ou seja, a da prática de leitura, a da literatura e a da estruturação do Estado formam uma cadeia de resultados que repercutem entre si.

### **Leitura e Literatura**

A literatura tem sido manancial onde vão se servir as formas mais velozes de transmissão de narrativas e informações na sociedade midiática. Estão entre esses motivos a novela de tevê, o cinema, os seriados, as séries etc. Existe uma simplificação que favorece o contato e a assimilação dos conteúdos envolvidos. Lígia Averbuck é organizadora de uma coletânea de artigos que tem como ponto de partida a associação da literatura com a cultura de massa. É possível reconhecer nessa publicação a forma de influência que uma exerce sobre a outra. *Literatura em Tempo de Cultura de Massa* (1984) traz logo em sua apresentação, assinada pela organizadora, uma contribuição muito direta sobre como a cultura de massa se apropria do código da literatura:

A literatura (primeira forma absorvida pela cultura de massa), em sua transformação, permanece, ainda, como grande foco irradiador, fornecendo a matéria-prima para o roteiro cinematográfico, o enredo da telenovela ou o texto da fotonovela. Assim, se as técnicas de representação enriquecem o acervo dos produtores de arte, hoje já se poderia falar num hibridismo de formas que, sem desprezar os meios específicos de cada uma delas, acrescenta novas representações. No sentido inverso, hoje não se escreve um romance como antes da era do cinema; é o que mostra toda uma literatura circulante, da melhor qualidade, e não apenas o best-seller, o romance policial ou outras formas de literatura de massa (AVERBUCK, 1984, p. 04).

Lígia Averbuck volta ao tema mais adiante no trabalho ao assinar o artigo "A Literatura, a Televisão, a Telenovela". Mais uma vez é apontado o percurso feito pelo cinema e pela novela de tevê na busca da literatura como sua principal fonte:

No seio da cultura de massa, as diversas formas de produção artística se alimentam reciprocamente, ao mesmo tempo em que se valem do acervo das obras da arte tradicional. Assim fez o cinema, nos seus primórdios, ao buscar seus motivos na literatura e no teatro, e nos dias de hoje é a televisão que realiza este percurso. A telenovela, por exemplo, uma das mais bem-sucedidas formas da tevê brasileira, tem se suprido, desde o seu início, de formas ficcionais tradicionais, sobretudo de romances (AVERBUCK, 1984, p. 177).

Desse modo, o leitor precisa despender uma quantidade muito menor de energia para realizar sua tarefa de assimilação do conteúdo da obra a que está exposto. Na medida em que o exercício de interpretação mais sutil vai se tornando mais pontual e raro, quando ele é exigido o leitor se vê sem condições

de fazê-lo mais qualificadamente. O não-leitor<sup>3</sup>, telespectador de tevê, fã de cinema, não conseguirá operar no texto verbal escrito como leitor, o que é completamente possível em caso contrário.

Não houve, no Brasil, uma instrução paralela em livros e leitura na medida do avanço promovido pela indústria cultural, de maneira que se pode falar em um explosivo número de "telespectadores ágrafos" (ASSUMÇÃO, 2000). Portanto, é preciso discutir a perda do espaço da leitura literária em detrimento do consumo de outras formas de discursos, linguagens artísticas, internet, televisão etc. Algo que poderia vir a somar na diversificação da linguagem humana e aproximar as diferenças, neste caso específico, opera mais como inibidor da comunicação entre pessoas, distinguindo-as e reproduzindo desigualdades sociais. Para Jéferson Assumção, na obra *A máquina de destruir leitores*:

O mesmo século que viu nascerem os telespectadores viu morrer o leitor, que já não significava muito no início do século em relação ao número de não-leitores, mas que mesmo assim parece que era em número ainda relativamente maior e mais qualificado, pelo menos em termos proporcionais. A leitura, desta forma, sobreviveu à sombra de um processo tecnológico (ASSUMÇÃO, 2000, p. 98).

Não se quer antecipar conclusões sobre a vitalidade do leitor e da leitura do texto literário, mas admitir que uma série de outros discursos inseridos regularmente em seu cotidiano pode afastar a criação deste perfil. É lugar comum dizer que o discurso literário veio perdendo, gradualmente, espaço para a novela de tevê, o cinema, a leitura de revistas na forma dos mais variados tipos de discurso jornalístico; mais recentemente, a atração dos textos ligeiros na internet aprofunda tais reconfigurações. Noutros termos, a literatura tem perdido sua capacidade mobilizadora. Não tem conseguido articular a opinião pública por meio da inserção de um tema para discussão.

As escolas brasileiras têm se dedicado quase que exclusivamente à abordagem historiográfica no ensino de literatura. Essa forma de abordar é decorrente da praticada pelo Colégio Pedro II ainda no século XIX, que seguia o modelo de educação introduzido no Brasil pelos jesuítas. O modelo se voltava para a aquisição de uma cultura geral ou universal. Formada por disciplinas como latim, grego, arte, letras, gramática, retórica e poética, a educação humanista opõe-se ao modelo tecnicista, que prepara para o exercício de tarefas especializadas. Nesse contexto, a historiografia surge comprometida com o espírito de nacionalidade romântico. Desde então, passando pelos *manuals didáticos*, que realizam uma transposição da historiografia acadêmica para as escolas, o ensino de literatura se baseia em práticas cristalizadas que repetem sem reflexão essa perspectiva de abordagem.

Para William Roberto Cereja, no trabalho *Ensino de Literatura – uma proposta dialógica para o trabalho com literatura*, a perspectiva historiográfica "pode ser uma das ferramentas para abordar o texto literário, além de ser útil para organizar os objetivos de ensino da disciplina. Contudo, há necessidade de

---

<sup>3</sup> A pesquisa nacional Retratos da Leitura no Brasil define não-leitor aquele que não leu nenhum livro nos últimos 3 meses, mesmo que tenha lido nos últimos 12 meses.

repensar o peso dado à historiografia literária na escola...” (CEREJA, 2005, p. 161). Ele aponta caminhos para uma abordagem em que o texto literário tenha um papel central na sala de aula e seja visto em dimensões que passam pela visão “sistêmica” de Antonio Candido e a visão dialógica de Bakhtin. No fim, uma aula de literatura tem de cumprir uma função primordial: ensinar a ler texto literário. O teórico russo Bakhtin, citado circunstancialmente acima, incide um pouco de luz nessa questão quanto à abordagem do texto literário:

Não é muito desejável estudar a literatura independentemente da totalidade cultural de uma época, mas é ainda mais perigoso encerrar a literatura apenas na época em que foi criada, no que se poderia chamar sua contemporaneidade. Temos tendência em explicar um escritor e sua obra a partir da sua contemporaneidade e de seu passado imediato (em geral nos limites da época tal como a entendemos) (BAKHTIN, 1997, p. 364).

Cereja (2005), na esteira do pensamento de Bakhtin (1997) e Candido (2004), propõe:

Uma perspectiva a um só tempo diacrônica e sincrônica, que procura encontrar não apenas as relações da literatura com o seu tempo, mas também os diálogos que a própria literatura mantém dentro dela mesma, dando saltos, provocando rupturas, morrendo e renascendo, se transformando. Aí estaria o verdadeiro sentido de historicidade do texto literário, um sentido de vida, de permanência, que difere do engessamento da historiografia descritiva e classificatória (CEREJA, 2005, p. 200).

Ainda conforme Willian Roberto Cereja, os jovens brasileiros deixam o ensino médio sem desenvolver habilidades de análise e interpretação de textos literários, levantamento de hipóteses, reconhecimento de marcas textuais e recursos de estilo, relações entre forma e conteúdo, relações entre elementos internos e externos e, por fim, relações entre o texto e outros textos e textos não verbais.

As escolas têm se dedicado a cumprir um papel “do pai que quer escolher o noivo para a filha”, ao escolher o que se vai ler e como será lido. Como fez por décadas, ao tomar como referência as listas de obras dos vestibulares, que, por sua vez, se baseavam em critérios de escolha dos mais variados, como, por exemplo, prestigiar autores regionais:

A escola sempre quis discutir esta maneira certa de ler, investigando “cientificamente” questões como interpretação e o papel do leitor na ficção. É barra para o leitor ter que se resumir a um pesquisador enfiado num laboratório. Pois é assim que toda escola começa por matar um leitor que possa um dia se desenvolver por conta própria (ASSUMÇÃO, 2000, p. 72).

Assumção acredita que é necessário “dementizar” a leitura, tirá-la do domínio da ciência e trazê-la para o domínio da poesia. Precisáramos investir em leitores desinteressados, apaixonados, não-utilitaristas. Aprender a ler um texto literário (objetivo de uma aula de literatura) aprende-se lendo. Para ele,

A vida com leitura é uma forma de potencializar a vida corriqueira. Viver com leitura é elevar-se, para além da vida prosaica, comum, em que cabe também o "simples" conhecer. A vida com leitura é, então, uma vida de intensa prática de prazer (ASSUMÇÃO, 2000, p. 56).

Mais adiante, o crítico resume bem o que seria a vida sem leitura:

Sem leitura o mundo fica pequeno demais. Quem lê, respeita, porque compreende melhor, o que está à sua volta, enxerga como que através de um óculos mágico, que potencializa a vida e transforma a realidade em algo muito mais real, dissipando ilusões e desembaciando a escotilha do escafandro que envolve a todos nós, um a um (ASSUMÇÃO, 2000, p. 101).

Assumção, ao descrever o leitor brasileiro como clericalizado e ao afirmar a necessidade de dementizar a leitura, remonta diretamente a Roger Chartier, que em seu livro *As origens culturais da revolução francesa*, publicado em 1991 nos Estados Unidos, demonstra que a dessacralização da leitura pode ter sido um dos fatores que levaram àquela revolução. O hábito contumaz de leitura em todos os segmentos sociais da França nos últimos decênios do Antigo Regime influenciou o movimento da sociedade francesa, e de forma objetiva ajudou a transformar o cenário social. Desse modo:

[...] o novo estilo de leitura mostrava muitas características que o distinguiam das práticas tradicionais: a ampliada mobilidade do leitor diante dos textos mais numerosos e menos duráveis; a individualização da leitura quando, em essência, ela se torna um ato individual e silencioso tendo lugar em ambiente privado; a religião sendo desligada da leitura, que perde sua carga de sacralidade. Uma relação comunitária e respeitosa com o livro, constituída de reverência e obediência, deu lugar a uma forma de ler mais livre, mais casual e mais crítica (CHARTIER, 2009, pp. 143-144).

Diante do que foi exposto, seria necessária uma revisão das últimas pesquisas sobre leitura, sobre o perfil da curricularização da literatura, a forma como tem se dado o ensino da disciplina e a consequente performance de alunos e professores nesse cenário. Há muito o que se fazer no afã de tornar o Brasil um país de leitores, e que todo brasileiro, ao passar pela escola, consiga ver a leitura conforme a descrição de Barthes:

Texto de prazer: aquele que contenta, enche, dá euforia; aquele que vem da cultura, não rompe com ela, está ligado a uma prática confortável de leitura. Texto de fruição: aquele que põe em estado de perda, aquele que desconforta (talvez até um certo enfado), faz vacilar as bases históricas, culturais, psicológicas do leitor, a consistência de seus gestos, de seus valores e de suas lembranças, faz entrar em crise sua relação com a linguagem (BARTHES, 1982, p. 28).

É relevante a perspectiva em que prazer e fruição encontram-se relacionados no âmbito do universo da leitura. É preciso estender essas percepções por meio da criação de um outro caminho para o ensino e a



compreensão da leitura. Não se pode aceitar passivamente que as gerações se sucedam sem que tenham a rigor um contato adequado com a leitura literária.

### Literatura e Estado

A literatura está na berlinda. Mas em que sentido isso se dá? Está na berlinda entre os leitores comuns ou apenas na visão dos seus pesquisadores? Ou está entre tais leitores e não entre os pesquisadores, pois afinal vivem disso. A crise ou berlinda pode incidir na literatura como disciplina escolar e se encontrar incólume como linguagem artística. Os que dela se aproximam pelo viés da linguagem da arte escapam da problemática de seu ensino na escola. E como está o escritor nesse cenário? Quais são suas referências? Afinal,

Não se pode escrever sem público e sem mito – sem um determinado público criado pelas circunstâncias históricas, sem um determinado mito do que seja a literatura, que depende, em larga medida, das exigências desse público. Em suma, o autor está em situação como todos os outros homens (SARTRE, 2004, p. 113).

A constituição da literatura está diretamente ligada aos movimentos da sociedade. Ela se funda como disciplina escolar a partir do nacionalismo e esse fato a aproxima inelutavelmente do Estado. No momento em que a burguesia assume o centro do poder na França e nasce o público consumidor tal como o conhecemos hoje, tem-se a institucionalização da literatura que tem como agenda oculta confirmar o poder burguês, na mesma medida em que a Igreja confirmava o poder da nobreza com seu discurso escolástico. Se antes o poder dos reis tinha uma relação com o “livro sagrado”, agora é a produção de escritores e poetas que vai representar, traduzir e identificar a classe que governa, ajudando a constituir uma trama ideológica que ampara a ideia de Estado nacional e de identidade nacional. Hans Ulrich Gumbrecht, no texto *O futuro dos estudos de literatura?*, situa bem esse momento:

Novas modalidades de leitura de textos literários tornaram-se capitais entre as atividades de lazer. Foi presumivelmente esse status que, a partir do século XIX, motivou consideráveis investimentos dos Estados burgueses no magistério e em institutos de estudos de literatura. Além de orientarem a leitura de textos literários, o sentido de produzir efeitos de compensação e reconciliação, as disciplinas acadêmicas então emergentes também contribuíram para a formação das novas imagens normativas da sociedade, identificando e extraindo valores éticos de textos literários (GUMBRECHT, 1998, p. 158).

No tocante à possibilidade de ser *de Estado* ou *contra o Estado*, é dinâmica a forma de ser contra e de ser favorável a ele da literatura. A literatura tem sido basicamente de Estado no aspecto de depender de suas políticas provocar o consumo, fomentar a produção, subvencionar o estudo e ser, também, seu maior consumidor (SARTRE, 2004). Muito pouco escapa ao seu *superpapel*. Existe uma dependência do Estado garantidora de existência da literatura, em que pese a essa linguagem artística não trazer em si mesma esta conivência. Gumbrecht (1998), no mesmo trabalho citado acima, no qual

estabelece uma perspectiva bem pragmática dos estudos literários com a realidade política, propõe em um determinado ponto uma

[...] honesta reavaliação das *relações entre os estudos literários e a realidade política* concreta na qual se inserem. A mais acalentada fantasia de muitos críticos literários de todo o Ocidente parece residir na ilusão de que as autoridades políticas e as instituições temem nosso potencial "subversivo", senão "revolucionário", estando, portanto, constantemente preocupadas em controlar e reprimir nossas atividades. Uma análise mais realista da situação provavelmente identificaria como o problema mais sério a falta dessa resistência e talvez até uma ausência generalizada de interesse público por nossas autoridades. *Não é espantoso que o governo, contribuintes e pais tenham sempre financiado disciplinas acadêmicas cuja função está longe de ser óbvia, mesmo para seus praticantes* (GUMBRECHT, 1998, p. 166, destaque nosso).

Não obstante estar tratando da questão nos Estados Unidos, o excerto é relevante para fornecer um parâmetro desta interdependência, mais do que "rebeldia", em face da ordem estabelecida: escritores, editores, livreiros, professores e críticos (que vivem de seus salários pagos pelo Estado) circunscrevem um círculo *bem comportado*. Outra questão é a falta de clareza na função da disciplina que o crítico aponta. Existe uma crise no sistema de referência em torno da literatura que se soma à complexidade da situação epistemológica da disciplina. "Nesse contexto, a percepção da inviabilidade de um denominador comum conceitual, de um conceito capaz de englobar todas as variedades históricas e culturais dos fenômenos rotulados como "literatura" não passa de leve provocação [...] (GUMBRECHT, 1998, p. 165)". Compagnon (2003) coaduna com Gumbrecht e de modo irônico sentencia: "Retenhamos disso tudo o seguinte: a literatura é uma inevitável petição de princípio. *Literatura é literatura*, aquilo que as autoridades (os professores, os editores) incluem na literatura (COMPAGNON, 2003, p. 46)." E, do ponto de vista da função, para Compagnon, chega-se a uma aporia, podendo a literatura estar em acordo ou desacordo com a sociedade, acompanhar o movimento e, às vezes, precedê-lo.

No tópico provocar o consumo, é possível destacar a presença da literatura como disciplina no currículo da escola brasileira. Essa presença confere-lhe um espaço e um *status* que, aliados aos discursos sobre a importância da leitura no desenvolvimento pessoal, garantem-lhe, outrossim, um público escolar. A edição de 2011 da pesquisa *Retratos da Leitura no Brasil*, do Instituto Pró-Livro, ratifica a força do circuito escolar na promoção da leitura. Nesse contexto, o programa escolar, a biblioteca, o professor e a eventual distribuição de livros permitem um cenário em que a leitura se desenvolve, mesmo que incipientemente. Ezequiel Theodoro da Silva, no artigo "A escola e a formação de leitores", publicado na obra *Retratos da Leitura no Brasil 3*, posiciona-se da seguinte maneira frente ao tema:

O estatuto de "estudante", portanto, de estar vinculado a um curso ou a uma escola, permite afirmar, com alto grau de segurança, a necessária convivência – ou pelo menos uma íntima aproximação – dos jovens com

materiais escritos visando ao cumprimento de finalidades e exigências da sua escolaridade. [...]

Estas três constatações gerais mostram que a escolaridade, a escolarização e a leitura são fenômenos imbricados, sendo praticamente impossível falar de um sem remeter ao outro. Ainda: a escola, através do processo de alfabetização e de dinâmicas de letramento, é a principal agência responsável pelo adentramento – e talvez permanência – das pessoas no mundo da escrita (SILVA, 2012, pp. 108-109).

Para esse pesquisador, apesar de a escola (propiciada pelo Estado) ser um lugar com potencial para a introdução e a permanência do leitor no universo da leitura, ela não oferece condições estruturais para desempenhar bem o seu papel. Não há, em geral, bibliotecas escolares, salas de leitura, especialistas, funcionários de apoio, eventos atraentes de leitura e programas consequentes suficientes para mudar o panorama da leitura no Brasil. A leitura, como uma atividade predominantemente solitária, precisa contar com uma rede de interação criada intencionalmente para que ocorram partilhas, intercâmbios de dificuldades e entusiasmos, conexões etc. Para Chambers (1993), esse é o segredo para a formação de leitores ávidos, efetivos e habituais.

Acrescentem-se aos problemas estruturais os problemas conceituais inerentes ao ensino de leitura e literatura, bem como as dificuldades pessoais e de formação dos professores da área. Marisa Lajolo alerta sobre isso já faz algum tempo:

Se a relação do professor com o texto não tiver significado, se ele não for um bom leitor, são grandes as chances de que ele seja um mau professor. E, à semelhança do que ocorre com ele, são igualmente grandes os riscos de que o texto não apresente significado nenhum para os alunos, mesmo que eles respondam satisfatoriamente a todas as questões propostas (LAJOLO, 1982, p. 53).

Outro fator muito relevante ainda é o Estado como cliente para aquecimento do mercado editorial. Além de provocar o consumo, mantendo estruturas de pesquisa e ensino de literatura no âmbito da educação básica e da universidade pública, faz grandes aquisições de livros didáticos, paradidáticos e dicionários. As compras governamentais representam uma fatia muito expressiva para o mercado editorial, sem a qual escritores e livreiros teriam um cenário bem mais perturbador. Em 2010, os principais programas de compras do governo somados chegaram ao número de 163.133.158<sup>4</sup> exemplares circulando pelo país com “chapa branca”. Isso equivale a quase 20% de tudo o que foi produzido pelas editoras brasileiras nesse ano.

Outro papel que o Estado tem cumprido no seu relacionamento com a literatura é o de fomentar a produção. Nesse sentido, a principal ferramenta de que o governo se tem valido são os editais de fomento. Hoje, qualquer candidato a escritor com qualidades minimamente razoáveis pode publicar sua obra, tendo em vista a profusão de possibilidades trazidas pelos editais. Há legislação federal, estadual e uma série de oportunidades no âmbito municipal.

---

<sup>4</sup> Dados constantes do relatório O comportamento do Setor Editorial Brasileiro em 2010 (Ffipe, CBL, SNELL) apresentado em 16.08.2011.

Sob o argumento do apoio cultural, muito recurso público é disponibilizado para essa finalidade. Para ficar em um exemplo local, em evento realizado no dia 19 de abril de 2016, no Palácio Anchieta, sede do Governo do Espírito Santo, foram lançadas 23 (vinte e três) obras literárias de uma só vez. Todas elas foram contempladas com recursos financeiros oriundos de editais de fomento publicados pela Secretaria de Estado da Cultura (Secult). Seja como for, ainda não se notam os resultados desse apoio nos resultados das medições de proficiência de leitura do brasileiro.

Marisa Lajolo, no texto "Livros, leitura e literatura em oito anotações", ao apontar as conquistas indiscutíveis e talvez irreversíveis no cenário dos livros, da leitura e da literatura, destaca a compreensão da responsabilidade maior e intransferível da escola na formação de seus alunos para a leitura. Essa compreensão e a percepção dela tornam evidente a proeminência do Estado na sua relação de patrono com a literatura, tornando sua viabilidade independente bastante inexecutável. Toda a evolução do quadro estruturante do ambiente de leitura passa obrigatoriamente pela contribuição direta do Estado. O ex-secretário executivo do PNLL (Plano Nacional do Livro e Leitura) José Castilho Marques Neto ratifica essa tendência:

Um dos lemas do PNLL brasileiro é que o Estado e a sociedade são igualmente responsáveis pela formação e pela gestão dos seus planos de leitura. Firmemente defendida e respeitada nos quatro primeiros anos de sua implantação, essa questão é muito maior do que o entendimento entre as partes conflitantes, e hoje infelizmente recebe pouca atenção dos atuais gestores. Na verdade, no caso brasileiro, trata-se de resgatar e dar voz às milhares de ações que uma parcela da sociedade brasileira sempre realizou em prol de um país leitor (MARQUES NETO, 2012, p. 184).

Assim, literatura e Estado estão completamente imbricados, mantendo uma relação de interdependência que as relações sociais contemporâneas validam com certa naturalidade.

### **Considerações finais**

Quanto ao primeiro movimento, que reúne apontamentos sobre a *leitura* e a *literatura*, parece consolidada, nas três edições da pesquisa em foco, a definição do perfil do leitor brasileiro, conforme anteriormente mencionado, *clericalizado, infantilizado e escolarizado*. Essas classificações trazem em seu bojo questões importantes sobre a formação cultural do brasileiro e sobre o cenário em que a penetração da leitura é mais eficiente. A infância (faixa etária) e a escola (local de fomento) indicam condições em que a leitura tem mais chance de se consolidar como hábito regular. A escola, especificamente, guarda outras implicações com a leitura como hábito social reconhecido. Nesse sentido, a perspectiva de ensino de leitura e literatura, as condições infraestruturais e a formação do professor e de outros profissionais que atuam nesse circuito são preponderantes para um efetivo cumprimento de seu papel. O estatuto de estudante garante uma aproximação mínima possível entre o leitor e os materiais de leitura disponíveis. Estar estudando em qualquer nível traz uma

oportunidade de participar de uma rede que compartilha impressões e dificuldades a respeito do que se está lendo.

Quanto ao segundo movimento, que reúne apontamentos sobre *literatura e Estado*, o cerne da questão é o papel de subvenção do Estado na sua relação com a literatura. Na discussão sobre a possibilidade de a literatura ser *de Estado* ou *contra o Estado*, já se concluiu que esse *status* é dinâmico. Sua condição se define de acordo com o movimento da sociedade. Contemporaneamente, constata-se com alguma facilidade que a literatura é de Estado, uma vez que sua existência é marcada ostensivamente pelas benesses governamentais e pelo papel que de fato ele precisa cumprir como, por exemplo, estruturar e assumir o ônus da escola. Apoiar o mercado editorial, fomentar a produção literária por meio de editais de cultura, instituir bases e sistemas para a formação de professores e mediadores de leitura, bancar a pesquisa acadêmica a partir da disciplina e, sobretudo, propiciar uma política nacional voltada para o livro, a leitura e a literatura são outros desdobramentos do papel assumido pelo governo.

Por fim, chega-se à compreensão de que leitura, literatura e Estado estão imbricados e agem em cenários de intersecção. O desenvolvimento de cada um deles depende da qualidade de articulação que estão tendo uns em relação aos outros. É inexecutável o pensamento de uma nação de leitores sem o consequente desenvolvimento de sua literatura. Assim como é inexecutável a concepção de um Estado desenvolvido sem que seus cidadãos estejam diretamente expostos a leituras críticas e a um desenvolvimento cultural pleno.

## Referências

- AMORIM, Galeno (org.). 2008. *Retratos da leitura no Brasil*. São Paulo: Imprensa Oficial: Instituto Pró-livro.
- ASSUMÇÃO, Jeferson. 2000. *Máquina de destruir leitores*. Rio Grande do Sul: Sulinas,
- AVERBUCK, Lígia (org.). 1984. *Literatura em Tempo de Cultura de Massa*. São Paulo: Nobel.
- BAKHTIN, Mikhail. 1982. *Problemas da poética de Dostoiévski*. 2. ed. Trad. Problémi poétiki Dostoiéskovo. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.
- BARTHES, Roland. *Crítica e Verdade*. Trad. Geraldo Gerson de Souza. São Paulo: Perspectiva.
- CEREJA, Willian Roberto. *Ensino de Literatura: uma proposta dialógica para o trabalho com literatura*. São Paulo: Atual, 2005.
- CHARTIER, Roger. 2009. *As origens culturais da revolução francesa*. Trad. George Schlesinger. São Paulo: Editora Unesp
- COMPAGNON, Antoine. 2001. "A literatura". In: *O demônio da teoria*. Trad. Cleonice Paes Barreto Mourão e Consuelo Fortes Santiago. Belo Horizonte: Editora UFMG.
- FAILLA, Zoara (org). 2012. *Retratos da leitura no Brasil*. São Paulo: Imprensa Oficial: Instituto Pró-livro.
- GUMBRECHT, Hans Ulrich. 1998. "O futuro dos estudos de literatura?". In: *Corpo e forma: ensaios para uma crítica não-hermenêutica*. Org. João Cezar de Castro Rocha. Rio de Janeiro: Eduerj.

- LAJOLO, Marisa. 1982. "O texto não é pretexto". In: *Leitura em crise na escola. As alternativas do professor*. Regina Zilberman (org). Porto Alegre: Mercado Aberto.
- MANGUEL, Albert. 2004. *Uma história da leitura*. São Paulo: Companhia das Letras.
- MARQUES NETO, José Castilho (org.). 2010. *PNLL: Textos e história*. São Paulo: Cultura Acadêmica Editora.
- SARTRE, Jean-Paul. 2004. "Para quem se escreve?". In: *Que é a literatura?*. São Paulo: Ática.
- SILVA, Ezequiel Teodoro. 2012. "A escola e a formação de leitores". In: *Retratos da Leitura no Brasil 3*. Org. Zoara Failla. São Paulo: Imprensa Oficial: Instituto Pró-livro.
- SILVA, Ezequiel Teodoro. 2013. *Leitura na escola e na biblioteca*. 12ª Ed. São Paulo: Edições Leitura Crítica.